



LIÇÕES FLUP



ÚLTIMAS LIÇÕES

LITERATURA E CULTURA ESCRITA EM PORTUGAL NA IDADE MÉDIA: “ESTADO DA ARTE”

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2024

José Carlos Ribeiro Miranda (1954) é professor catedrático do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da FLUP, onde também se licenciou (1981), doutorou (1993) e obteve o título de agregado (2005). Foi diretor dos cursos de 1.º ciclo em Português, Língua, Literatura e Cultura (2004-08), Estudos Portugueses e Lusófonos (2007-15) e Estudos Portugueses (2015-19). Foi ainda vice-presidente do Conselho Diretivo (1999-01) e membro do Conselho Pedagógico (2007-10) e do Conselho de Representantes (2009-14).

A sua investigação, centrada nos estudos medievais, abrange a historiografia, a lírica trovadoresca, o romance arturiano e a crítica textual, cruzando géneros textuais e problemáticas muito diversas. Tendo entendido sempre o fenómeno literário como um processo global, a ser investigado na sua génese e contexto histórico e também na sua materialidade, trabalhou desde sempre em estreita colaboração com historiadores e participou na criação do Mestrado em Estudos Medievais. A sua abordagem interdisciplinar e o seu interesse pela música levaram-no também a lecionar unidades curriculares como Teoria do Som e Literatura Portuguesa e Música.

Na qualidade de investigador responsável do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade entre 2007 e 2014 e Investigador Principal do grupo de investigação “Rea-son, Politics & Society” do Instituto de Filosofia entre 2015 e 2020, dirigiu e participou em vários projetos com financiamento competitivo. Foi ainda vice-presidente da Asociación Hispánica de Literatura Medieval e é presidente, desde 2019, do ramo ibérico da International Arthurian Society.



U.PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Ficha Técnica

Título: ***Literatura e Cultura Escrita em Portugal na Idade Média:
“Estado da Arte”***

Autor: ***José Carlos Ribeiro Miranda***

Edição: ***Faculdade de Letras da Universidade do Porto***

Ano de Edição: ***2024***

Coleção: ***Últimas Lições***

Execução Gráfica: ***Amarelo Laranja***

Tiragem: ***150 exemplares***

Depósito legal: ***538713/24***

ISBN: ***978-989-9193-30-7***

(O Autor não escreve em consonância com o novo acordo ortográfico)

NOTA DE ABERTURA

A Última Lição proferida pelo Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Miranda teve lugar no dia 31 de maio de 2024 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e anunciou o final da sua carreira como docente desta instituição por força da sua jubilação. O encerramento das aulas do 2º semestre no final do mês de maio constituiu a oportunidade de calendário para esta cerimónia de natureza profundamente académica. O DEPER – Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos –, através do seu Diretor, Prof. Doutor Francisco Topa, entendeu organizar uma cerimónia de enquadramento da última aula do Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Miranda, a qual recebeu todo o apoio da Faculdade. A lição foi dedicada ao tema “Literatura e Cultura Escrita em Portugal na Idade Média: o Estado da Arte”. Esta escolha traduz a sua área de eleição em termos pedagógicos, científicos e de transferência do conhecimento, desenvolvida no âmbito da Faculdade de Letras.

O homenageado desenvolveu uma notável carreira académica e construiu um prestigiante legado científico, sobretudo a partir dos projetos que dirigiu e em que colaborou e da dinamização do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (SMELPS), méritos curriculares que a proposta da última lição salientou. Desde o início da sua atividade dedicou-se ao ensino da literatura e cultura portuguesas em Portugal. Estas circunstâncias têm valido ao homenageado o reconhecimento nacional e internacional, sendo de salientar o enquadramento peninsular do seu trabalho.

Em nome da FLUP, e em meu nome pessoal, expresso ao Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Miranda um profundo agradecimento pela atividade que desenvolveu na Faculdade de Letras, concorrendo para o seu dinamismo, modernidade e projeção académica e científica.

Paula Pinto Costa

Diretora da FLUP

LITERATURA E CULTURA ESCRITA EM PORTUGAL NA IDADE MÉDIA: «ESTADO DA ARTE»¹

No ano de 1981, quando, por concurso público, assumimos a responsabilidade de leccionar, e vir a investigar, em Literatura Medieval, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto era ainda muito jovem e, como tal, não possuía nem um património lectivo, nem de investigação instituído como tradição. A Literatura Portuguesa III – como tinha sido designada a disciplina para que havíamos sido contratado na reforma curricular ocorrida três anos antes – era da responsabilidade do Professor Jorge Alves Osório, e centrava grande parte das suas atenções nesse extraordinário fenómeno literário, artístico e histórico, de um modo geral, que foi a poesia galego-portuguesa. Na altura, este filão literário era, sem dúvida – em âmbito universitário –, um dos mais visíveis, sobretudo devido ao interesse de que vinha sendo alvo, havia algumas décadas, por parte da filologia italiana, na figura de várias personalidades de grande peso internacional e de outras que lhes seguiram o exemplo².

Não era fácil elaborar o «estado da arte» da poesia galego-portuguesa – nem então, nem agora –, muito embora as condições de acesso a textos e estudos se tenham, entretanto, alterado significativamente, mercê da iniciativa de alguns colegas que utilizam com destreza as possibilidades da *internet* para a respectiva difusão³. Na altura, construir um discurso didáctico para os estudantes, ou acrescentar, através da investigação, algo de novo ao património do saber adquirido, revelava-se uma tarefa árdua.

Devemos dizer que, para além do espírito rigoroso, informado e profundamente solidário do nosso orientador, tínhamos contado ainda com os ensinamentos propiciados pelo Professor Óscar Lopes, para quem as bases linguísticas do saber filológico eram simplesmente naturais e quase intuitivas...

¹ Não podemos iniciar esta nossa última aula sem dirigir uma saudação especial ao nosso departamento e, em particular, ao Professor Francisco Topa, que actualmente assume a trabalhosa tarefa da sua direcção; bem assim como à nossa colega, Professora Zulmira Coelho dos Santos, cujas palavras começámos por escutar com indistinta emoção.

² Citaremos apenas as figuras de Giuseppe Tavanì, Giulia Lanciani, Anna Ferrari, Jean Marie D'Heur e Elsa Gonçalves, entre muitas outras, para cujos trabalhos remetemos no ponto respectivo da presente exposição.

³ Referimo-nos às bases de dados Lopes & Ferreira (2011) <http://cantigas.fch.unl.pt>; e Ferreira, 2018-, <http://universocantigas.gal>.

Mesmo assim, a prudência aconselhou-nos a não entrar logo nesse domínio de extrema dificuldade, tendo preferido, no âmbito das primeiras provas públicas que tivemos de enfrentar, optar por áreas que nos eram mais familiares, recaindo a escolha num especial texto em verso publicado no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* sobre a morte de D. João II.

Diogo Brandão e D. João II

Assim, em 1985 apresentámos esse trabalho – infelizmente nunca formalmente publicado⁴– a provas públicas, inaugurando uma linha de abordagem em que a «literatura» era suportada por questões culturais mais vastas, que começavam a ser objecto da atenção por parte tanto das ciências sociais e humanas, como das perspectivas mais inovadoras da investigação histórica. A questão fundamental do vasto poema de Diogo Brandão ficava bem explícita desde os primeiros versos, já que o seu *incipit* preconizava o seguinte: «*Todos atentos na morte cuidemos*».

Porém, a extensa divagação sobre o carácter devastador da morte, muito vulgarizado na cultura europeia através das *danças macabras*, conduzia o discurso não a uma morte destruidora e perigosa, como era eloquentemente tratada em obras de referência do âmbito da disciplina histórica⁵, mas sim à «boa morte» do rei⁶.



Dança macabra de inícios do séc. XV
(gravura de livro manuscrito e impresso)

Nesta linha, o poema lidava também com conceitos oriundos da teoria política e, na época, difundidos, sobretudo, através dos tratados designados *Regimentos de*

⁴ Ver Miranda, 1985.

⁵ Referimo-nos, entre outros, a Tenenti, 1957; a Vovelle, 1983; e, sobretudo, a Delumeau, 1983.

⁶ Ver Chartier, 1976.

*Príncipes*⁷. A grande inovação trazida pelo nosso trabalho residia em situar a abordagem da morte não num qualquer plano retórico, vago e abstracto, mas sim no desenvolvimento e expansão da linguagem do macabro, que ia tendo lugar, um pouco por toda a Europa e a ritmos desiguais, desde o século XIV. Mais tarde viemos mesmo a tornar claro que, fora deste ambiente estético e ideológico, era muito difícil enquadrar, por exemplo, as Barcas de Gil Vicente, conquanto fosse claro que, por razões a averiguar, a linguagem do macabro tinha tido em Portugal uma repercussão limitada.

Tivemos a preciosa ajuda, nesta tarefa, do Professor Luís Adão da Fonseca, que alguns anos antes havia publicado, na INCM, a obra completa do Condestável D. Pedro⁸, onde se contava, igualmente, um extenso poema sobre o *contemptus mundi*, embora em castelhano – as *Coplas de desprecio e menosprecio de las cosas femosas del Mundo*. Aliás, gostávamos de deixar bem saliente que a colaboração com os colegas da área da História foi uma constante ao longo dos anos, tanto na Faculdade de Letras como fora dela, e parte substancial daquilo que pensamos constituírem avanços no conhecimento, decorrentes da nossa investigação, deu-se no contexto dessa cooperação.

Embora, como dizíamos, o *contemptus mundi* constituísse a base espiritual sobre a qual repousava a exploração da imagética macabra, e o poema do Condestável Dom Pedro tivesse sido também compilado no *Cancioneiro de Resende* – o que poderia ter sido suficiente para suscitar alguma atenção e estudo –, a verdade é que, quarenta anos passados, as poucas abordagens de que estes textos foram objecto, em âmbito universitário, passaram por essa problemática como se ela não existisse⁹, apesar de personalidades como o Padre Mário Martins já terem formulado o tema em termos gerais¹⁰. Terá sido porque tal exigiria um esforço suplementar em áreas que implicavam a cultura, a história e a vivência espiritual europeias ou, pelo menos, ibéricas? Terá sido porque tal extravasava o que era expectável na área dos estudos literários? Ou apenas porque implicava perspectivas em que os domínios estritamente nacionais da História e da Língua eram claramente ultrapassados¹¹? Questão em aberto...

Voltando a 1985, nós mesmo não prosseguimos nessa linha de pesquisa. Na realidade, a nossa contratação pela FLUP havia sido realizada para que investisse em Literatura Medieval. Pese embora o consenso que existia na área, segundo o qual a «literatura medieval», em Portugal, se prolongava até autores como Gil Vicente, apropriando-se de parte do que, actualmente, é o designado «early modern», o que é facto é que o então assistente da FLUP entendia que era necessário recuar as atenções até à Idade Média propriamente dita, em termos cronológicos, para efectivamente cumprir os objectivos inicialmente propostos.

⁷ Ver, como exemplo, Beneyto Perez, 1947, ed..

⁸ Fonseca, 1975, ed..

⁹ O mesmo não se passando na cultura ibérica, sobretudo castelhana, como se pode verificar em Camacho Guizado, 1969.

¹⁰ Martins, 1969.

¹¹ Neste contexto – infelizmente ainda actual –, foi com alguma satisfação que vimos a Fundação para a Ciência e Tecnologia decidir financiar o projecto de doutoramento de um estudante do Mestrado em Estudos Medievais – ver Melo, 2022 – dedicado especificamente a investigar estas temáticas.

A deriva arturiana

Recuando aos tempos da licenciatura, recordavamo-nos bem de uma «cadeira» designada Literatura Portuguesa IV, que era também dedicada à Literatura Medieval e que foi activada e leccionada pelo Professor Jorge Alves Osório no último ano da nossa licenciatura – com privilegiados alunos, já que tínhamos a companhia, nessa condição, da Professora Clara Barros, então assistente-estagiária da FLUP. Qual a novidade? O programa era inteiramente dedicado ao romance arturiano em Portugal, e foi, seguramente, a primeira vez que nos vimos confrontado com tal filão literário. *A Demanda do Santo Graal* e o chamado «Livro de José de Arimateia» eram os textos disponíveis em edição impressa, embora este último numa difícil versão paleográfica¹². Por seu lado, o único manuscrito da primeira destas obras encontrava-se fora do país, na Biblioteca Nacional de Viena.

Para que se entenda bem o «estado da arte» respeitante tanto aos estudos, como à edição destas obras, é necessário que se diga que, por exemplo, na *História da Literatura Portuguesa* de Álvaro Júlio da Costa Pimpão – editada em meados do século XX¹³ – consagrada, maioritariamente, à literatura portuguesa até ao séc. XVI, se declarava, na parte introdutória, que não iria ser tida em conta a literatura arturiana, já que era composta de textos traduzidos de outras línguas, não de textos nacionais. E, deste modo, aquilo que tinha sido avidamente lido e abundantemente circulado em Portugal durante séculos, ficava arredado dos estudos universitários apenas porque era, na sua origem, estrangeiro. Tal critério, a ser seguido, além de condenar qualquer perspectiva comparatista de abordagem de formas e de conteúdos¹⁴ e de nada querer saber da recepção e do público das obras literárias¹⁵, reduziria de tal modo os textos em estudo, que, na realidade, pouco ficaria para testemunhar o carácter genuinamente nacional da literatura – e da cultura – portuguesas... Impunham-se, por outro lado, realidades textuais incontornáveis: uma das características da chamada *Demanda do Santo Graal* era a inexistência do texto francês medieval correspondente, o que a tornava, no seu manuscrito único, uma peça central do património literário e linguístico não apenas português, mas também europeu.

É claro que, na abordagem que o Prof. Jorge Osório nos propiciou, tais questões estavam definitivamente ultrapassadas, surgindo outras que eram bem mais interessantes, nomeadamente a censura de que tinham sido objecto alguns episódios, considerados obscenos, na edição realizada por Augusto Magne¹⁶, e a firme condenação de tais práticas logo de seguida por Manuel Rodrigues Lapa¹⁷. A completa re-tracção do Padre Magne veio a dar lugar a uma nova edição em que, para garantir

¹² Carter, 1967, ed..

¹³ Pimpão, 1951.

¹⁴ Sobre estas perspectivas de investigação, em âmbito medieval, ver Martin, 2000.

¹⁵ Jauss, 1978.

¹⁶ Magne, 1944, ed..

¹⁷ Lapa, 1981.

a total fidelidade ao texto do manuscrito, o reproduzia integralmente, em fotografia publicada ao lado da versão transcrita¹⁸.

Eram estes romances independentes ou estavam, de alguma forma, ligados entre si? Formavam, ou não, um enredo articulado e, se sim, qual a sua dimensão? Estas questões eram, seguramente, mais complexas, pois exigiam uma investigação muito alargada e, em larga medida, reconstitutiva, já que era pouco credível que empreendimentos literários de grande vulto, promovidos havia mais de meio milénio, pudessem chegar íntegros aos nossos dias. Actualmente, é ainda muito comum falar-se em «floresta de romances arturianos em prosa» para designar a tradição manuscrita desta matéria existente em várias línguas, que lhe conferem uma inegável dimensão de cultura europeia, tendo os conteúdos que veiculam vindo a projectar-se sob a forma de mitologia global nos tempos de hoje.

Havia que responder a estas questões de alguma forma, tendo-se assistido, nos estudos filológicos do início do século XX, a importantes debates que desembocaram na ideia da existência de um «Ciclo da Vulgata»¹⁹, englobando vários romances franceses redigidos em prosa nos inícios do séc. XIII. Esse «Ciclo da Vulgata» – que tinha no seu seio, como pérola especialmente cintilante, a chamada *Queste del Saint Graal* – veio a comandar os estudos nesta área, secundarizando outras formas de organização cíclica destes textos que, embora tendo existido, não atingiram a canonização francesa desta «Vulgata».

Qual era o estado da arte relativamente a estas questões, sobretudo atendendo a que o romance português equivalente à *Queste del Saint Graal* era fundamentalmente diferente deste e, como dissemos, não existente no seio da tradição manuscrita francesa? A mais recente resposta fora dada, na sequência de estudos que vinham já dessa fase inicial do século XX, pela investigadora inglesa Fanni Bogdanow²⁰, para quem o ciclo de romances arturianos que teria existido em Portugal era uma «Post-Vulgata», constituída apenas por três romances – o *Livro de José de Arimateia*, o *Livro de Merlim* e a *Demanda do Santo Graal*. Embora ao mencionado «Livro de Merlim» fossem atribuídas algumas continuações, ou «suites», estaríamos perante uma refundição e encurtamento do vasto «Ciclo da Vulgata», apesar de se notar que o romance terminal continha muita matéria não contemplada no homólogo francês e, sobretudo, que grande parte do enredo ficava desprovido de qualquer sentido por não ter os devidos antecedentes.

Como quer que fosse, era este o «estado arte». Tal como sucedia, em parte, com a poesia galego-portuguesa, tais perspectivas não tinham origem em investigação realizada nos meios académicos portugueses, que não possuíam nem o fôlego, nem a dimensão, nem os meios para ir muito mais longe, por esses tempos. Mas, mesmo que os tivessem tido, nada indica que pudessem ter percorrido caminhos inovadores. Na realidade, tudo estava por fazer!

¹⁸ Magne, 1955-1971, ed..

¹⁹ Este conjunto textual veio a tornar-se «canónico» após a edição de Sommer, 1909-1917, e dos estudos de Lot, 1918, e Frappier, 1936.

²⁰ Bogdanow, 1966.

Ora, quando decidimos o tema da nossa tese de doutoramento, foi esta a via por que optámos seguir, na convicção e que seria possível, finalmente, entrar de facto na Idade Média e dar um contributo sério para a investigação sobre a matéria arturiana em Portugal, indo para além do ponto em que se encontrava o conhecimento comum. Foi deste modo que, em 1993, apresentámos a nossa tese de doutoramento, intitulada *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, poucos anos mais tarde publicada em dois volumes, o primeiro conservando a designação da dissertação, e o segundo intitulado *Galaaz e a Ideologia da Linhagem*²¹.

No primeiro volume, partíamos de uma verificação simples e incontroversa: a de que a biografia de Galaaz se apresentava como a continuação da biografia de Lancelot, seu pai, relatada no extenso *Livro de Lancelot*, onde se narra como este cavaleiro se envolvera numa relação adúltera com a mulher do rei Artur. Ora sucedia que as descontinuidades que se verificavam entre o *Livro de Lancelot* e a *Queste del Saint Graal*, versão Vulgata, eram muitas, mas o mesmo não verificava relativamente ao texto português. Daí ser necessário postular a existência de uma redacção primitiva desse texto biográfico de Galaaz, donde derivariam tanto o texto da Vulgata como a redacção preservada em Português, tendo ambos os romances refundido o original segundo critérios e estratégias diferentes: a *Queste del Saint Graal*, ajustando o enredo a exigências espirituais, como veremos adiante; o original francês da «Demanda», adicionando-lhe, essencialmente, matéria proveniente do *Tristan en Prose*. Este foi o argumento de partida que orientou toda a nossa investigação, a partir do momento em que uma minuciosa comparação dos textos em causa apontou nesse sentido. De notar que esta possibilidade – a existência de uma «*Ur-Queste*» – já fora, desde os finais do século XIX, adiantada pela crítica alemã, nomeadamente por Edward Wechssler²².

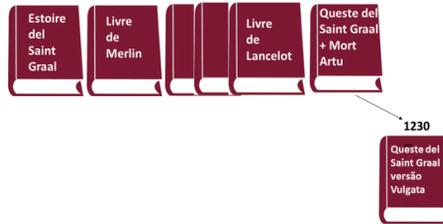
Em segundo lugar, era necessário verificar se, tal como era assumido por Fanni Bogdanow, a *Demanda do Santo Graal*, designação moderna atribuída àquilo que os textos e as bibliotecas medievais designavam como *Livro de Galaaz*, convivia num ciclo marcado pela inexistência de um *Livro de Lancelot* – uma limitada «trilogia», como era designado –, ou se, pelo contrário, teria existido em Portugal um ciclo mais vasto, do qual apenas teriam sobrevivido dois textos íntegros e alguns fragmentos.

A argumentação em torno dos indícios existentes levou-nos a considerar que esse ciclo, conhecido como *do Pseudo-Boron* – designação já instituída pelos estudos desta área, embora Robert de Boron, invocado como autor, fosse seguramente falso, como era habitual nestes romances – tinha uma constituição ampla, e que ainda se conservavam testemunhos dessa constituição em alguns registos provenientes de bibliotecas medievais. Deste modo, podia observar-se a evolução do ciclo de romances arturianos em prosa nas seguintes fases: a versão primitiva, redigida por volta de 1220, como é reconhecido através dos mais antigos testemunhos franceses; tendo o texto final sido objecto de uma refundição que deu origem à chamada «versão vulgata» *circa* 1230:

²¹ Miranda, 1998 e 1999.

²² Wechssler, 1895.

FORMA PRIMITIVA DO CICLO ARTURIANO EM PROSA
«Lancelot-Graal» (c. 1220)



Cerca de dez anos depois da redacção do ciclo inicial, terá surgido uma versão aumentada com matéria proveniente do *Tristan en Prose* – actualmente designada *Ciclo do Pseudo-Boron* –, que chega a Portugal com a vinda do Conde de Boulogne, futuro rei Afonso III, em 1245:

EXPANSÃO DO CICLO ARTURIANO EM PROSA
«Ciclo do Pseudo-Boron» (c. 1230)



Finalmente, a identificação do que resta nos dias de hoje, na Península Ibérica, desse extenso conjunto de textos:

CICLO ARTURIANO EM PROSA IBÉRICO NA ACTUALIDADE

Obras existentes em Português arcaico²³

Obras existentes em castelhano tardo-medieval

Obras existentes em Francês medieval



²³ Não contabilizamos neste quadro os fragmentos galego-portugueses da *Estória do Santo Graal*; do *Livro de Merlin*; e do *Livro de Tristan*.

Os vetustíssimos fragmentos restantes dessa enorme realidade textual são o melhor aval para as teses que defendemos, embora a mais articulada confirmação que podiam conhecer tivesse vindo das dissertações de doutoramento de Ana Sofia Laranjinha, que mostra como o *Livro de Tristão* modela todas as partes do ciclo, tornando-se indispensável no seu seio; e de Isabel Correia, que veio aduzir argumentos seguros para levar a crer que o chamado *Lancelot de Madrid*, entretanto disponibilizado pelo professores Harvey Sharrer e Contreras Martín²⁴, é a versão castelhana desse primitivo texto. Ambos os trabalhos foram prontamente editados em livro²⁵.



Entretanto, a inexistência de uma versão portuguesa do *Livro de Lancelot* veio a ser compensada pela descoberta, na biblioteca da Universidade de Coimbra, de uns fragmentos da versão original francesa desse texto, seguramente datáveis do séc. XIII. Achado surpreendente, cujo texto é sem dúvida da mesma versão do acima mencionado manuscrito de Madrid. Foi prontamente editado por nossa iniciativa, em conjunto com Isabel Correia, mas ficamos a aguardar, com alguma expectativa, que um dia nos surja entre as mãos um exemplar – por muito fragmentário que seja – de um *Livro de Lancelot* traduzido para Galego-Português, que sabemos ter existido e circulado em Portugal durante a Idade Média²⁶.

O segundo volume do que havia sido a nossa tese doutoral, publicado em 1998, levava o título *Galaaz e a Ideologia da Linhagem*. O problema colocado, desta vez, não era textual, mas sim interpretativo – hermenêutico, diríamos mesmo –, envolvendo a percepção da natureza de cada um dos textos do Graal em questão.

A nossa opinião ia no sentido de considerar a *Queste* francesa um texto de edificação espiritual que fazia uso da ficção arturiana, enquanto o texto português encaminhava todas as imagens bíblicas e espiritualizantes no sentido de dignificar a profana ideia de linhagem, envolvendo a sua personagem central numa analogia com Cristo e conferindo-lhe, até, uma dimensão escatológica. No texto português era da cavalaria mesmo que se falava, e não de uma figuração alegórica que tomava a cavalaria como suporte.

Creio que a nossa argumentação, neste ponto particular, não teve muita dificuldade em ser aceite pelos meios académicos, sobretudo hispânicos, de tal modo se tornava flagrante a descontinuidade da *Queste del Saint Graal* face aos antecedentes narrados no *Livre de Lancelot*. Recentemente²⁷, tivemos ocasião de defender que essa

²⁴ Contreras Martín & Sharrer, 2006.

²⁵ Laranjinha, 2010; Correia, 2015.

²⁶ Miranda & Correia, 2011.

²⁷ Nos trabalhos realizados no âmbito do Colóquio Internacional «Da Bretanha à Ibéria: Trajectos do Rei Artur e dos seus Cavaleiros», organizado pela Secção Hispânica da Sociedade Internacinal Arturiana.

redacção francesa tinha um carácter heterodoxo²⁸ – já que substituía a Igreja por uma ordem de homens vestidos de branco –, o que se compreende no ambiente espiritual da época do IV concílio de Latrão, onde o problema do *Joaquimismo* ocupava um lugar central, nunca tendo chegado a ser posto em causa pela disciplina eclesiástica dominante²⁹. As nossas conclusões sobre este tema têm sido aprofundadas em várias ocasiões, sendo de salientar a tese de doutoramento defendida em 2017 por Rafaela Silva³⁰, que, por meio de uma informada percepção da intertextualidade com textos bíblicos e da tradição exegética medieval, estabelece parâmetros novos para a compreensão do conhecido texto francês.

Não fora por acaso que atribuíramos ao livro o título *Galaaz e a Ideologia da Linhagem*. É que os romances arturianos, que haviam feito caminho até Portugal na segunda metade do séc. XIII, apresentavam um enredo ficcional que, para o público aristocrático de então, era de particular importância, já que, condenando a conduta adúltera e atentatória da dignidade régia por parte do cavaleiro Lancelot, o redimiam na figura do filho, Galaaz, ao mesmo tempo que – de uma forma muito explícita – recuperavam o prestígio da linhagem de ambos. E não era uma linhagem qualquer, mas sim aquela que havia sido ficcionalmente caucionada por Cristo nos primeiros tempos do cristianismo, cujo emblema para-heráldico era nada menos do que o Graal. Estava assim construída uma imagem do mundo em que, ao lado do rei, surgia uma outra ordem de *bellatores*, a cavalaria, agora tornada permanente na ideia de linhagem.

Difícilmente teria sido possível perceber esta construção deliberada de sentidos se não estivéssemos familiarizado com os mais recentes avanços na História Social global e, entre nós, com os trabalhos do professor José Mattoso, que publicara, anos antes, o volume *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*³¹, ao que se seguiu uma notável colecção de trabalhos que viriam a marcar a investigação nesta área até aos dias de hoje. Far-lhes-emos referência no ponto seguinte deste texto. Paralelamente, José Mattoso procedia à reedição dos três livros de linhagens medievais portugueses, permitindo que a História e a Literatura entrassem em estreito diálogo, tal como já sucedera em França com os trabalhos, entre outros, de Georges Duby³² e de Jean Flori³³.

De facto, por trás do duelo literário encenado no romance arturiano, estava um outro, bem mais decisivo, no plano da realidade histórica, que opunha a monarquia à aristocracia feudal na fase terminal da Idade Média. E não era apenas de uma *questão política* que se tratava: era uma nova dimensão da História que entrava em cena, sob a forma de uma História Social, capaz de revelar motivações muito mais

²⁸ As teses de Albert Pauphilet, 1921, sobre a influência cisterciense na *Queste del Saint Graal*, que se teria comunicado por via do *Dialogus Miraculorum*, de Cesário de Heisterbach, tinham sido já postas em causa por Pierre David, 1943.

²⁹ Lubac, 1979.

³⁰ Silva, 2019.

³¹ Mattoso, 1980.

³² Duby, 1982.

³³ Flori, 1986.

detalhadas e permanentes por que ocorriam na vastidão dos agrupamentos humanos de que se fazem os territórios e os reinos. E essa história da sociedade não prescindia de uma outra abordagem que se viria a tornar constante, que era a perspectiva antropológica, fosse esta cultural, simbólica ou do parentesco³⁴.

A partir desse momento, em conjunto com os nossos instrumentos filológicos tradicionais, estas novas metodologias tornaram-se imprescindíveis para a investigação que prosseguia a um ritmo entusiasmante, ao qual não faltava a vertente editorial. Na realidade, uma equipa de cinco arturianistas – nós mesmo, a Simona Ailenii, a Isabel Correia, a Ana Sofia Laranjinha e a Eduarda Rabaçal – editou, um século e meio após a sua descoberta, a *Estória do Santo Graal*, equivocadamente designada, até então, *Livro de José de Arimateia*, que ia fazendo nos Arquivos da Torre do Tombo³⁵.

O retorno dos trovadores ao palco...

A problemática do romance arturiano, permitindo fazer recuar as atenções – num plano estritamente português – a cerca de 1245, não substituiu a necessidade de abordagem daquele que era, e continua a ser, o mais notável e difícil fenómeno da literatura portuguesa medieval, a saber, a poesia trovadoresca. E de tal modo assim era que, sendo embora relativamente fácil afirmar que tal fenómeno poético-musical estava esgotado por volta de meados do século XIV, as dúvidas tornavam-se enormes quanto aos momentos do seu início. Na altura, apesar dos esforços de Rodrigues Lapa e, bem antes dele, de Carolina Michäelis, para estabelecer o «quem é quem» dos trovadores, o facto é que grande parte do mundo trovadoresco permanecia na penumbra do desconhecimento.

Ora, dificilmente era possível estabelecer padrões de evolução da actividade dos trovadores, tanto do ponto de vista formal como discursivo, num *corpus* de cerca de 1700 textos, atribuídos a cerca de 160 autores, não existindo uma perspectiva segura de como se organizava no tempo e no espaço tão vasto espólio. Se os textos eram, globalmente, conhecidos, o discurso que transmitiam, com as respectivas referências mentais, verbais e materiais, permanecia, em grande medida, impenetrável.

Tendo por base estes dados, o estado da arte – como dissemos inicialmente – fora estabelecido, nos anos setenta, por Giuseppe Tavani³⁶, sem esquecer as contribuições de um punhado de investigadores que, por essa época, trabalhavam em sintonia com este importante filólogo italiano, entretanto falecido³⁷. E o que nos dizia Tavani? Perante a evidência de que o maior espólio da poesia galego-portuguesa era proveniente da corte de Afonso X, que ainda lhe tinha acrescentado as mais de quatrocentas «Cantigas de Santa Maria», e que tudo isso se teria desenrolado entre as décadas de 40 e 80 do século XIII, Tavani não hesitou em estabelecer um paralelo en-

³⁴ Também aqui, desenvolvemos perspectivas proporcionadas pelos estudos de Kennedy, 1975, 1984 e 1986.

³⁵ Miranda, Aileni, Correia, Laranjinha e Rabaçal, 2016. Relembre-se, todavia, que essa difícil edição contou com a disponibilização do manuscrito em suporte digital por parte da ANTT.

³⁶ Tavani, 1967, 1969, 1988, 1989 e 2002.

³⁷ Referimo-nos a Frank, 1949; D'Heur, 1973; Gonçalves, 1976; Ferrari, 1979; Lanciani & Tavani, 1993, org e coord..

tre o fenómeno galego-português e o siciliano, que ocorre em época próxima, fazendo de Afonso X um seguidor poético do imperador Frederico II. Ou seja, transporta para o plano literário aquilo que sucedera na esfera política, já que Afonso se candidatara, embora sem êxito, ao trono imperial germânico, antes ocupado por aquele mesmo Frederico II.

Muito interessante analogia, mas que deixava de fora aspectos cruciais para o entendimento da poesia trovadoresca ibérica, nomeadamente o processo da sua génese e difusão. E aqui, uma vez mais, os preconceitos nacionalistas e popularistas saíam ao caminho, condicionando, à partida, uma abordagem que teria, obrigatoriamente, de se socorrer não apenas dos instrumentos típicos da filologia, mas de todos os outros, desde o documental ao arqueológico, que pudessem fazer avançar o conhecimento.

É nesta altura que entra, de novo, em cena o Professor José Mattoso, que nos indicou, durante uma deslocação a Toledo para comemorar os setecentos anos da morte de Afonso X, que um seu discípulo da área da História, em Coimbra, tinha em mãos uma investigação de largo fôlego sobre os trovadores galego-portugueses. Era o nosso colega António Resende de Oliveira, que nos inícios dos anos 90 virá a defender como tese, e a publicar seguidamente, aquela que passa a constituir a obra de referência para esta área, de seu título *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos sécs. XII e XIV*³⁸.

Não é possível dizer que todos os problemas relativos à situação histórica dos trovadores tivessem ficado resolvidos; mas que o quadro geral do panorama trovadoresco mudou radicalmente, é questão sobre a qual não pode haver dúvidas. Antes de mais, do ponto de vista estritamente histórico, passando as primeiras fases do trovadorismo no ocidente ibérico a ter visibilidade. Retrocedendo seguramente ao século XII, aí ganhava vulto a corte leonesa de Afonso IX, sendo recuperado o contexto histórico onde teriam trabalhado as gerações iniciais destes trovadores, em contacto estreito com as deslocações dos provençais à Península – o que, como veremos, veio a suscitar questões previamente inexistentes.

De notar também que, pela primeira vez, a poesia dos trovadores era encarada de modo frontal como um espectáculo cortês, dependente das cortes senhoriais que patrocinavam essa expressão cultural, reduzindo-se, no seu interior, o espaço de manifestação de uma «cultura popular» que, por essa altura, ainda enchia as páginas de alguns trabalhos pseudo-etnográficos. Por outro lado, a poesia galego-portuguesa era encarada do ponto de vista das recolhas em cancioneiros específicos, levadas a cabo em finais do séc. XIII e sobretudo no séc. XIV, numa fase em que se acentuava o seu declínio e havia o propósito declarado de não deixar desaparecer a memória que essas composições transmitiam. Veremos adiante a importância desta atitude e de quem a interpretou.

Devemos dizer que seguimos com extrema atenção o trabalho do nosso colega e, em finais de 1993, pouco após a conclusão do estudo de fundo sobre a matéria arturiana, atrás mencionado, fomos ambos a Granada apresentar, num colóquio da

³⁸ Oliveira, 1994.

Asociación Hispánica de Literatura Medieval, um trabalho em que aprofundávamos as conclusões do livro de António Resende de Oliveira, com o sugestivo título «A segunda geração de trovadores galego-portugueses»³⁹. Aí definíamos o papel do ambiente português no enraizamento do fenómeno trovadoresco ibérico, não em termos de uma mitologia instituída em memória nacional, mas em obediência aos resultados o mais rigorosamente históricos que nos era possível,

Claro que, como dissemos, a alteração de perspectiva histórica levava à colocação de problemas anteriormente só aflorados, e alterava a leitura do conteúdo dos textos transmitidos pelos manuscritos, indo os dois processos em paralelo: ou seja, os conteúdos discursivos davam fundamento às novas cronologias e trajectos dos autores identificados, resultando na maior solidez dessas novas propostas, e conferindo assim forma a um «estado da arte» rapidamente assumido pela comunidade académica sem grandes restrições.

Foi assim que, uma vez mais, partindo das conclusões de António Resende de Oliveira, decidimos encetar uma intensa investigação individual em torno de uma figura que passava por ser o primeiro trovador registado e também o primeiro português a participar neste movimento: João Soares de Paiva, embora grande parte da sua obra – *cantares de amor* – estivesse perdida devido às lacunas verificadas na parte inicial dos cancioneiros. Sobrava o «Ora faz Ost' o Senhor de Navarra» que, nos trabalhos até então conhecidos, era colocado em momentos diferentes, em termos cronológicos, e se deslocava umas centenas de quilómetros (pelo menos...) em todas as direcções, quanto ao local onde tinha sido escrito, com a concretização diversa das respectivas referências toponímicas.

Creio que o *Aurs Mesclatz ab Argen, Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses*, por nós publicado seguidamente⁴⁰, não apenas pôs fim a algumas divagações já então seriamente contestadas – como a hipotética condição trovadoresca do nosso rei Dom Sancho I –, mas permitiu resolver, de uma forma consistente e informada com os dados disponíveis na altura, os problemas colocados pelo notável texto do Paiva, além de esclarecer o enquadramento geral do início da actividade dos trovadores galego-portugueses. No caso da actividade trovadoresca em território português, ficava claro que o limite inicial era o ano de 1217, altura em que Garcia Mendes de Eixo havia voltado a Portugal após um exílio de cerca de seis anos, e com ele viera um grupo de trovadores que iriam disseminar definitivamente a cultura trovadoresca a sul do Rio Lima.

³⁹ Posteriormente reeditado em Oliveira, 2001.

⁴⁰ Miranda, 2004.

Quadro histórico dos trovadores galego-portugueses

Primeira geração: dos primórdios (João Soares de Paiva? 1196?) até 1217 (retorno de Garcia Mendes d’Eixo do exílio em Leão);

Segunda geração: 1217 até 1240 (início do mecenato de Afonso, futuro Afonso X, o Sábio);

Período alfonsino : 1240 a 1284 (morte de Afonso X);

Período dionisino : 1284 a 1325 (morte de D. Dinis);

Período final : 1325 a 1354 (morte de D. Pedro, Conde de Barcelos)

Uma vez mais, este panorama geral veio reforçar a convicção do nosso colega, expressa no estudo sintomaticamente intitulado «A caminho da Galiza»⁴¹, sobre o facto de o trovadorismo galego-português ter tido início no exílio, para somente num segundo momento retornar aos territórios onde o Galego-Português era falar corrente: a Galiza e Portugal.

Sim, João Soares de Paiva compõe o seu cantar político em 1196, nas terras dos Cameros, na Rioja, para leste do rio Douro, território naquela altura já sob o domínio político castelhano, mas vizinho da Navarra e de Aragão; e nesse cantar manifestava a sua demolidora oposição a Sancho VII de Navarra, no contexto de um conflito militar que ainda se iria desenrolar por mais alguns anos.

Sim, o português João Soares de Paiva elabora a mais antiga composição trovadoresca conhecida a cerca de mil quilómetros da sua terra de origem, em pleno exílio, do qual nunca voltará – embora reconheçamos que este tema é ainda sujeito a debate.

Por esta altura, nós e o Professor Resende de Oliveira tínhamos decidido redigir uma obra semelhante ao *Aurs Mesclatz*, mas dedicada à segunda geração de trovadores, completando assim o quadro daquilo que tinha ficado de fora da conceituação herdada de Tavani, que, como dissemos, fazia incidir as atenções quase exclusivamente no período alfonsino. A tarefa, no entanto, mostrou-se demasiado árdua perante as condições de investigação disponíveis. O quadro trovadoresco da segunda geração apresentava-se muito mais vasto e complexo, de todos os pontos de vista: os materiais, que tinham a ver com os autores e os círculos que frequentavam; e também a crescente complexidade da linguagem que utilizavam. Tudo isto se via amplamente multiplicado.

Por sua vez, as temáticas tratadas e até os aspectos formais da poesia iam sofrendo notáveis ramificações, que tornavam o entendimento da relação entre condições circunstanciais e referenciais, por um lado, e o plano discursivo e enunciativo das composições, por outro, cada vez mais complexo e rico. Nestas condições, qualquer generalização se tornava fatal para a compreensão e condenada à banalidade.

⁴¹ Oliveira, 1993.

Lembremos apenas que é nesta cronologia que surgem os primeiros *cantares de amigo*⁴², que vão dar lugar a uma série de ramificações, por vezes de sinal poético contrário, sobressaindo os casos em que alguns textos se revelavam totalmente «contra-discursivos» relativamente a outros. Era um verdadeiro torneio de palavras e de canto que se encenava! Mesmo no plano formal, certas verdades, tidas por adquiridas, mostravam-se contestáveis, após a observação com base em critérios históricos e cronológicos mais seguros.

Foi, por exemplo, o que se tornou manifesto após o estudo de Maria do Rosário Ferreira que mostrou que o paralelismo com *leixa-pren*, característica formal quase identitária do género, foi sendo construído após a segunda geração, e não herdado, com tais características, de lado nenhum, como generalizadamente se acreditava⁴³. Ou, ainda, que um sector importante dos cantores *de amigo*, a maioria dos quais exteriores à nobreza, glosava textos da tradição culta, bíblica e não-bíblica, maioritariamente latina – *Salmos, Cântico dos Cânticos, Hagiografias, Bestiários* – para compor poemas cujos destinatários se encontravam a um nível elevado na hierarquia social, embora convenientemente envolvidos numa ocultação muito típica da linguagem trovadoresca⁴⁴.

Para que melhor se compreenda a extensão da problemática social da «segunda geração de trovadores galego-portugueses», permitimo-nos chamar aqui a atenção para um episódio – teremos de o designar desta forma – que tem início documental com um *cantar de amor*, composto pelo cavaleiro Rui Gomes de Briteiros, à volta de 1227, depressa suscitando um tremendo escárnio do trovador Martin Soares, denunciando um hipotético rapto em que aquele cavaleiro se apoderara de Dona Elvira Anes da Maia, a mais jovem das filhas de João Peres da Maia, o último senhor desta conhecida estirpe. Este episódio, ocorrido em Portugal – ao qual dedicámos um pequeno opúsculo, *Os Trovadores e o Rapto de Elvira Anes da Maia*⁴⁵ –, desencadeou um conjunto de réplicas poéticas, a ponto de ainda ser lembrado, anos mais tarde, no ambiente alfonsoino⁴⁶, sendo depois retomado na escrita genealógica portuguesa até meados do século XIV.

Este caso ilustrou de uma forma flagrante como é desadequado abordar cada cantar da poesia galego-portuguesa como um acto isolado, quando cada um desses cantares pode vir a estabelecer relações de sentido com outros textos, de qualquer género considerado, e também com diferentes formas de escrita no meio social e cultural em questão. Vem ainda chamar a atenção para a intensa relação entre o sentido do discurso poético e o referente histórico, como modelador do significado implícito nas palavras utilizadas. Em última análise, é com um complexo social e antropológico que deparamos, para a compreensão do qual a palavra poética,

⁴² O enquadramento poético-musical e ideológico foi por nós ensaiado em «Calheiros, Sandim e Bonaval», redigido nos anos noventa, embora apenas formalmente publicado em Miranda, 2016.

⁴³ Ferreira, 2001.

⁴⁴ Ferreira, 1999; Ferreira & Miranda, 2004.

⁴⁵ Miranda, 2021.

⁴⁶ Miranda, 2015.

com os seus códigos ocultos e explícitos, indutores da forma do conteúdo, dá um contributo privilegiado. E não será necessário afirmar, de novo, que o panorama traçado pelo professor José Mattoso, sobretudo nas suas pioneiras obras publicadas nos anos oitenta⁴⁷, já então aprofundado por alguns dos seus directos ou indirectos discípulos, forneceu um quadro de trabalho consistente que permitiu um diálogo interdisciplinar alargado⁴⁸.

Colocada a questão nestes termos, cremos ter – não apenas individualmente, mas em conjunto com os colegas que nos têm acompanhado – conseguido dar um passo em frente no «estado da arte», à luz do qual têm vindo a ser reavaliados abundantes textos desta poesia, aspecto ao qual ainda voltaremos na parte terminal desta exposição, já que a temática aí tratada assim o exige. Põe-se agora a questão de saber como tornar acessível a um público mais alargado tão acentuada reorientação de sentidos, que alteram em pontos significativos aquilo que era o saber adquirido. É este o grande desafio com que nos deparamos após uma intensa investigação de cerca de quatro décadas.

O «tournant historiographique»

A investigação na área da literatura e da cultura escrita na Idade Média conheceu, globalmente, duas fases distintas. A primeira, em que investigadores isolados – inseridos já no sistema de ensino universitário e, na altura, jovens – prosseguiram os respectivos graus académicos; e uma segunda, em que o início do ensino de pós-graduação fez aumentar os intervenientes neste processo, ajudado pela acção fermentadora da Fundação para a Ciência e Tecnologia. No caso da FLUP, é em 2003 que tem início um curso de mestrado onde vem a obter formação uma geração nova de investigadores, nos quais todo o sistema académico deposita a esperança da continuidade – algo que, em Portugal, ao longo dos séculos, tem sido muito difícil de assegurar.

Foi também nesta última fase que foi possível trilhar outros caminhos no estudo aprofundado da nossa cultura escrita, onde a historiografia ganhou um vulto anteriormente inexistente. Não podemos deixar de referir a importância de um achado de investigação realizado por Filipe Alves Moreira – a *Primeira Crónica Portuguesa*⁴⁹ – que, constituindo uma tese de mestrado, logo deu origem a um livro que suscitou manifesto entusiasmo, tendo levado a que tanto o Professor José Mattoso, como nós mesmo, tivéssemos, em esforços combinados, dedicado estudos críticos a essa descoberta no número 6 da revista *Medievalista*⁵⁰.

⁴⁷ Ao já mencionado Mattoso, 1981, devemos acrescentar, pelo menos, Mattoso, 1982 e 1984, para além das reedições dos Livros de Linhagens medievais portugueses: *Livro Velho* e *Livro do Deão*, edição conjunta de Mattoso & Piel, 1980, eds; e *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, Mattoso, 1980, ed..

⁴⁸ Também aqui nos moveu a perspectiva de abordagem de investigadores sensíveis à problemática sócio-simbólica do fenómeno trovadoresco europeu, como Köhler, 1976, cuja lição procuramos estender em Miranda, 2005.

⁴⁹ Moreira, 2008.

⁵⁰ Mattoso, 2009; Miranda, 2009.

A *Primeira Crónica Portuguesa* não apenas documentava o início da escrita historiográfica em língua vulgar entre nós, ainda no séc. XIII, mas, pelo facto de ter usado fontes oriundas de vários reinos hispânicos e de ter sido, por seu turno, usada como fonte pela cronística alfonsina, encetava um processo de revelação das intensas relações literárias ibéricas, e não só, que se haviam operado nesse período e sobre as quais nada de relevante se havia dito, nos meios académicos nacionais, desde os esforços de Lindley Cintra nos anos 50⁵¹.

Os trabalhos de Diego Catalán⁵² só então começavam a ser devidamente conhecidos e aprofundados, levando a uma autêntica maré de estudos comparatistas, cedo envolvendo outros textos e outras línguas para além do Galego-Português e do Castelhana, num processo semelhante ao que já tinha tido lugar no tocante ao romance arturiano e à poesia trovadoresca galego-portuguesa. Rapidamente, também a historiografia em Latim se viu necessariamente convocada, e até mesmo a tradição árabe foi chamada a terreiro, embora com as limitações que a nossa formação colectiva impunha.

Foi neste contexto que viemos a constituir o SMELPS, *Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade*, grupo de investigação integrado no Instituto de Filosofia, e seguidamente a fazer parte do AILP, *Approches Interdisciplinaires des Logiques du Pouvoir en Espagne Médiévale*, projecto liderado pelo Professor Georges Martin e patrocinado pelo CNRS, *Centre Nationale de Recherches Scientifiques*, aos quais ficámos a dever um verdadeiro salto qualitativo na nossa abordagem da problemática geral da cultura escrita na Idade Média, traduzido numa abundante produção de eventos e de estudos⁵³.

Foi realmente deste alargamento de perspectivas – incentivado pelos nossos colegas hispanistas de várias proveniências e nacionalidades – que viemos a centrar as nossas atenções na complexa personalidade de Dom Pedro, Conde Barcelos, no que fomos apoiados pela FCT com o financiamento de dois importantes projectos, ambos tendo como Investigadora Principal a Professora Maria do Rosário Ferreira, que é igualmente autora da mais profunda actualização da investigação até agora publicada⁵⁴, a que se veio juntar, recentemente, um opúsculo de síntese no qual tiveram a oportunidade de colaborar vários membros do grupo, onde é de destacar o papel de João Paulo Ferreira⁵⁵.

À excepção da sua actividade como trovador, a que voltaremos adiante, os três empreendimentos literários de Pedro de Barcelos têm uma dimensão tal que leva a pensar que resultam do labor de um *scriptorium*, à semelhança do que sucedera com as obras do seu bisavô, o rei Afonso X, o Sábio, do qual Dom Pedro é um indisfarçado seguidor: um *Livro das Cantigas* que reúne perto de 1700 composições de cerca de 160 autores; um *Livro de Linhagens* composto de 78 entradas, que o levaram a procurar ma-

⁵¹ Cintra, 1951, vol I (Introdução)

⁵² Catalán, 1962

⁵³ Ver, por exemplo, Miranda & Martin, 2011.

⁵⁴ Ferreira, 2019.

⁵⁵ Ferreira, M. R.; Miranda & Ferreira, J.P., 2023.

teriais, já atrás mencionados, por todo o reino e fora dele; e, sobretudo, uma Crónica, que é mais uma História Universal convergindo para a Hispânia, e que totalizaria muitas centenas de fólhos, se a pudéssemos ter completa. Aliás, o principal problema da obra do Conde de Barcelos, acentuado de forma desanimadora na Crónica, é a sua transmissão manuscrita, sobretudo em Portugal, cujas bibliotecas – neste como em tantos outros domínios –, sofreram fenómenos de erosão que dificilmente são atribuíveis apenas a causas acidentais...

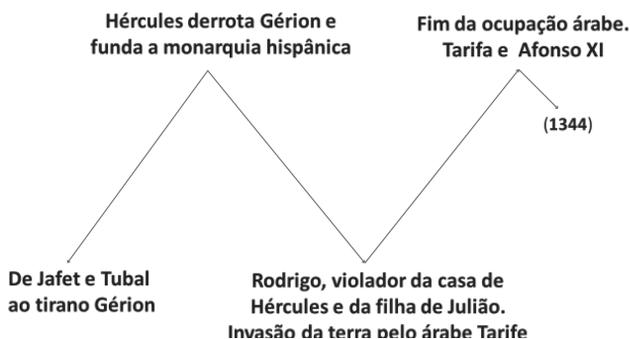
Pedro de Barcelos foi recuando no tempo ao longo das suas três obras: de um lapso de actividade cultural que, no *Livro das Cantigas*, pouco excedia um século e meio, vem situar-se confortavelmente num arco de cerca de três a quatro séculos no *Livro de Linhagens*, para na Crónica narrar, sem limites temporais, toda a História dos Quatro Impérios e seus apêndices, entre eles, a «Estória de Espanha», que é contada desde os primórdios míticos.

Seguindo um princípio corrente na historiografia antiga, mas do qual virá a extrair consequências aprofundadas, irá afirmar expressamente o seguinte:

«Pero que é bem que o Bem que home faz se non perça...»

Dom Pedro tem uma preocupação fundamental com o tempo passado, objecto de recuperação através da memória. A memória é talvez, juntamente com a dimensão ética dos acontecimentos e das acções, um dos mais permanentes princípios articuladores da sua obra. Todavia, se o presente é um produto do passado, o futuro não parece ter qualquer presença, nem como realidade premonitória nem como desejo expresso. A não ser como projecção do passado, que tão ciosamente narra e interpreta, o futuro não é, na sua obra, objecto de qualquer antecipação, e muito menos projecções de tipo escatológico, a que não faz qualquer referência.

Assim, o passado hispânico vai sendo encarado numa sucessão de andamentos em que cada fase é marcada por um processo de prevalência daqueles que, na altura, representaram tanto a afirmação do que é louvável, como aquilo que é objecto de censura e reprovação. E as acções dignas de louvor são aquelas que, em cada circunstância, correspondem à vontade dos povos em causa. É assim que a História da Espanha pode ser representada, esquematicamente, da forma que se vê no seguinte quadro:



Dom Pedro, assim como qualquer historiador do seu tempo, usa personagens e quadros narrativos variados, muitos dos quais pertencentes à tradição literária antiga ou recente, num processo que havia atingido o seu ponto mais alto na *General Estória* alfonsina. Mas não o faz unicamente para dar testemunho dessas narrativas passadas. Nos momentos centrais do seu relato, revela-se uma intenção específica, que o leva a recortar essa tradição de um modo diverso daquele que era conhecido e transmitido. No importante episódio de Hércules contra Gérion, num lugar onde poderia figurar apenas uma luta titânica de um semi-deus contra forças adversas, Dom Pedro encena um herói em socorro das gentes oprimidas que o chamam para derrotar um tirano; de seguida, onde vemos um rei cristão, mas violador tanto da ordem colectiva herdada como da filha do seu general e vassalo, assistimos, singularmente, à definitiva punição deste rei e à inevitável vitória do oponente Mouro; e, finalmente, esgotado, havia muito, o período califal, a que dedica larga atenção, assistimos ao retorno dos cristãos ao poder, inaugurando um período que não sabemos em que vai consistir, porque o próprio Conde nada sobre isso nos diz...

Para Pedro de Barcelos, a história humana desenrola-se não por obediência a um qualquer desígnio divino, mas unicamente em função das regras da *natura*, a ordem instituída na criação, com o que esta tem de bem e de mal⁵⁶. cremos que não apenas a obra do Conde não tem sido devidamente interrogada, como é bem possível que tenha sido objecto de algumas mutilações que impedem a tarefa interpretativa. Há fólhos que desapareceram de todo na parte inicial da Crónica que podem bem ser um indício desse facto. Todavia, mesmo na parte que subsiste da sua obra, encontramos textos que têm escapado à interpretação, sobretudo porque faltava aos possíveis intérpretes o contexto agora descrito, que indicia uma concepção do tempo e da *natura* fundamentalmente diferente do que estaríamos à espera de encontrar num obra escrita medieval portuguesa. E é preciso não confundir «natura» com «natureza», conceitos diversos na linguagem de Pedro de Barcelos⁵⁷.

É assim que a nossa atenção é, novamente, reorientada para o espólio trovadoresco, onde iremos encontrar, num dos poemas do seu breve cancionero – catalogado no seio das suas *cantigas de amor!* –, elementos que podem ajudar a situar o seu pensamento no contexto da época em que viveu e da pluralidade de correntes intelectuais que a atravessavam:

Nom quer'a Deus por mia morte rogar,
nem por mia vida, ca nom mi há mester;
[e p]oi[s] aquel que o rogar quiser,
por si o rog', e leix'a mim passar
assi meu tempo, ca, mentr'eu durar,
nunca me pode bem nem mal fazer,
nem ond'eu haja pesar nem prazer.

⁵⁶ Ferreira, 2015.

⁵⁷ Ferreira, 2015.

E já m'El tanto mal fez que nom sei
rem u me possa cobrar diss'; e nom
sei, nem sab'outrem, nem sab'El, razom
por que me faça mais mal de quant'hei.

E pois eu já per tod'esto passei,
nunca me pode bem nem mal fazer,
nem ond'eu haja pesar nem prazer.

E bem nem mal nunca m'El já fará,
pois m'El pesar com tam gram coita deu,
que nunca prazer no coraçom meu
me pode dar, ca já nom poderá.

E pois por mim tod'esto passou já,
nunca me pode bem nem mal fazer
nem ond'eu haja pesar nem prazer⁵⁸.

Na sua falta de referencialidade, esta breve declaração não podia ser mais incisiva e directa: segundo Dom Pedro, Deus não tem poder para intervir nem na vida, nem na morte; e por isso, toda a prece que Lhe seja dirigida é inútil. O que se torna mais notório, nestas afirmações poéticas, é a completa ausência de qualquer desdobramento da noção de Deus, nomeadamente a alusão a um redentor seu filho, omissa nas suas palavras e, diremos, da sua obra. Aliás, já foi notado que Cristo, ou o Novo Testamento, ocorrem nos seus escritos unicamente como referentes históricos. Não ocupam aí o lugar que seria, à partida, expectável⁵⁹!

Este testemunho apenas reforça aquilo que já foi possível observar relativamente ao tempo da história e à memória enquanto força motora da presentificação do passado. Nada há aqui de surpreendente se nos lembrarmos que, no seu prólogo ao *Livro de Linhagens*, o Conde coloca a ética que defende debaixo da invocação de duas personagens: Moisés, que veicula o Amor cuja origem é Deus; e Aristóteles, a quem remete para a noção de Amizade⁶⁰. Estranha mistura de doutrina? Não, de forma alguma.

O pensamento da raiz aristotélica, que encarava Deus unicamente na função de criador, não de pai biológico, estava muito disseminado entre nós, pelo menos desde o momento em que João de Sevilha e de Lima, ao serviço da rainha Dona Teresa, mais de duzentos anos antes, encetara um extraordinário processo de tradução de obras em árabe, de raiz maioritariamente grega, cuja temática era astrológica, mas que abrangiam todos os domínios do saber, desde a saúde à ética, à metafísica e, sobretudo, às ciências da natureza⁶¹. Ou seja, o início daquilo que veio a ser designado Escola de Tradutores de Toledo.

⁵⁸ B 609/ V 211. Reproduzimos o texto tal como se encontra na base de dados Lopes & Ferreira (2011).

⁵⁹ Miranda, 2024.

⁶⁰ Mattoso, 1980, ed..

⁶¹ Burnet, 2002, Ferreira, 2016.

Embora não seja este o lugar para dissertar sobre uma área tradicionalmente alheia aos estudos cujo estado da arte nos propusemos avaliar, é necessário lembrar, de novo, que o texto que transcrevemos é um *cantar de amor* de um trovador, de algum modo obediente aos padrões instituídos por essa escola poética. Porém, o cantar segue linhas de pensamento que são devedoras do extraordinário êxito que teve o pensamento aristotélico nestes séculos finais da Idade Média, sobretudo em Portugal – o que tem sido deliberadamente ignorado, tanto pela História como pela Literatura⁶². Mais ainda, na obra de Dom Pedro de Barcelos, os códigos literários e os modos de escrita, usualmente associados a um dado género literário, são facilmente subvertidos, não apenas por processos formais de intertextualidade, mas também por uma interculturalidade mais profunda, que aflora diversas modalidades de pensamento, unificando-as numa visão do mundo consistente e – ousaríamos dizê-lo – surpreendentemente inovadora, sobretudo tendo em conta aquilo que são as expectativas do meio académico em Portugal.

24

É este o ponto que nos foi possível atingir no tocante ao «estado da arte» dos estudos de Literatura em Portugal na Idade Média, com os quais iniciámos o nosso trajecto. O momento de chegada revela caminhos percorridos em direcções diversas, mas sempre apontando para a sua articulação com os estudos sobre a vanguarda do pensamento em cada época, e tendo como pano de fundo a diversidade social donde emergem os actores que contracenam neste período.

Como é seguro, o dito «estado da arte» nada tem de definitivo, antes apontando para o extenso caminho a percorrer por aqueles que quiserem prosseguir esse esforço, quem sabe se, num qualquer momento, atingindo um grau mais elevado da «contemplação da História» de que falava José Mattoso no seu último e derradeiro livro⁶³...

⁶² Miranda, 2024.

⁶³ Mattoso, 2020.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1 (*Diogo Brandão e Morte de D. João II*)

- Beneyto Perez, Juan (1947, ed.)_ *Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egídio Romano*, 3 voll., Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- Camacho Guizado, Eduardo (1969), *La Elegía Funeral en la Poesía Española*, Madrid, Gredos
- Chartier, Roger (1976), «*Les Arts de Mourir, 1450 – 1600*», *Annales*, E.S.C. Paris, n°31(1), pp. 51-75.
- Delumeau, Jean (1983), *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident. XIII – XVIII siècles*, Paris, Fayard.
- Fonseca, Luís Adão da (1975), *Obras do Condestável Dom Pedro de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, Mário (1969), *Introdução Histórica à Vidência do Tempo e da Morte*, 2 voll., Braga, Liv. Cruz.
- Melo, João Pedro Fernandes de Melo (2022), *A Representação da Figura Aristocrática e o seu Desenvolvimento no Macabro*, Porto, Faculdade de Letras (dissertação policopiada)
- Miranda, José Carlos Ribeiro (1985), *O Poeta e o Príncipe: Ensaio Sobre as Trovas de Diogo Brandão à Morte de D. João II*, Porto, Faculdade de Letras (dissertação policopiada)
- Tenenti, Alberto (1957), *Il senso della morte e l'amore della vita nel Rinascimento*, Torino, Einaudi.
- Vovelle, Michel (1983), *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard.

2. (*Temática arturiana*)

- Ailenii, Simona (2020), *A Tradução Galego-Portuguesa do Romance Arturiano. Os primeiros testemunhos*, Porto, Estratégias Criativas.
- Bogdanow, Fanni (1966), *The Romance of the Grail. A Study of the Structure and Genesis of a Thirteenth-Century Arthurian Prose Romance*, Manchester, Manchester University Press.
- Carter, Henry Hare (1967, ed.), *The Portuguese book of Joseph of Arimathea*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- Contreras Martín, Antonio & Harvey Sharrer (2006, eds.), *Lanzarote del Lago*, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos.
- Correia, Isabel (2015), *Do Lancelot ao Lançarote de Lago: tradição textual e difusão ibérica do romance arturiano contido no ms. 9611 da Biblioteca Nacional de Espanha*, Porto, Estratégias Criativas.
- David, Pierre (1943), *Sentiers dans la forêt du Saint-Graal*, Separata do *Boletim do Instituto de Estudos Franceses* (Coimbra), voll. II-III.
- Duby, Georges (1982), *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Flori, Jean (1986), *L'essor de la chevalerie XIe - XIIe siècles*, Genève, Droz.
- Frappier, Jean (1936), *Étude sur la Mort le Roi Artu, roman du XIIIe siècle*, Paris, Librairie Droz.

- Jauss, Hans Robert (1978), *Pour une esthétique de la réception*, Paris, Gallimard.
- Kennedy, Elspeth (1957), «Social and Political Ideas in the French Prose *Lancelot*», *Medium Aevum*, n°26, pp. 90-106.
- Kennedy, Elspeth (1984), «Études sur le Lancelot en prose», *Romania*, n°105, pp. 34-62.
- Kennedy, Elspeth (1986), *Lancelot and the Grail*, Oxford, Clarendon Press.
- Lapa, Manuel Rodrigues (1981), *Lições de literatura portuguesa: época medieval*, Coimbra, Coimbra Editora. Boletim do Instituto de Estudos Franceses.
- Lot, Ferdinand (1918-1954), *Étude sur le Lancelot en prose*, Paris, Librairie Honoré Champion.
- Lubac, Henri de (1979), *La postérité spirituelle de Joachim de Flore*, Paris, Éditions Le thielleux.
- Magne, Augusto (1944, ed.), *A Demanda do Santo Graal*, 3 voll., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Magne, Augusto (1955-1971, ed.), *A Demanda do Santo Graal*, 2 voll., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Martin, Georges (2000), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII – XV)*. Madrid, Casa de Velázquez.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (1998), *Galaaz e a Ideologia da Linhagem*, Porto, Granito Editores e Livreros – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas/Ministério da Cultura
- Miranda, José Carlos Ribeiro (1999), *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, Porto, Granito Editores e Livreros – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas/Ministério da Cultura,
- Miranda, José Carlos Ribeiro & Isabel Correia (2011), «Os fragmentos A19 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a tradição textual do Lancelot», in *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto, Estratégias Criativas.
- Miranda, José Carlos Ribeiro; Ailenii, Simona; Correia, Isabel; Laranjinha, Ana Sofia & Eduarda Rabaçal (2016, eds.), *Estória do Santo Graal – Livro Português de José de Arimateia*, Porto, Estratégias Criativas.
- Pauphilet, Albert (1921-1980), *Études sur la Queste del Saint Graal attribué à Gautier Map*, Paris, Librairie Honoré Champion.
- Silva, Rafaela (2019), *A escrita bíblica no romance arturiano em prosa: a Demanda do Santo Graal e a Queste del Saint Graal*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de doutoramento).
- Sommer, H. Oscar (1909-1917), *The Vulgate Version of the Arthurian Romances*, 7 voll., Washington, The Carnegie Institution of Washington.
- Wechsler, Eduard (1895), *Ueber die verschiedenen Redaktionen des Robert von Borron zugeschriebenen Graal-Lancelot-Cyklus*, Halle, Max Niemeyer.
3. (Poesia galego-portuguesa)
- D’Heur, Jean-Marie (1973), *Troubadours d’Oc et troubadours galiciens-portugais*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português.

- Ferrari, Anna (1979), «Formazione e struttura del canzoniere portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (Cod. 10991: Colocci-Brancuti)», *Arquivos do Centro Cultural Português de Paris*, nº14, pp. 27-142.
- Ferreira, Maria do Rosário (1999), *Águas Doces, Águas Salgadas: da funcionalidade dos motivos aquáticos na Cantiga de Amigo*, Porto, Granito Editores e Livreiros.
- Ferreira, Maria do Rosário (2001), «Paralelismo “perfeito”: uma sobrevivência pré-trovadoresca?», in Branco, António, coord., *Figura. Actas do II Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Faro, Universidade do Algarve.
- Ferreira, Maria do Rosário & José Carlos Ribeiro Miranda (2004), «Meendinho ou as ondas em águas paradas», in *O cancionero da Ajuda cien anos depois. Actas do Congresso Internacional realizado em Santiago de Compostela e na Ilha de S. Simón em Maio de 2004*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 293-312.
- Ferreiro, Manuel (2018-, dir.), *Universo Cantigas. Edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa*. <<http://universocantigas.gal>> ISSN 2605-1273.
- Frank, István (1949), «Les troubadours et le Portugal», in *Mélanges d'Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, pp. 199-226.
- Gonçalves, Elsa (1976), «La tavola colocciana. Autori portughesi», *Arquivos do Centro Cultural Português de Paris*, nº10, pp. 387-449.
- Köhler, Erich (1976), *Sociologia della fin'amor. Saggi trobadorici*, Padova, Liviana Editrice.
- Lanciani, Giulia & Giuseppe Tavani (1993 org. e coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho (D.L.M.G.P.).
- Lopes, Graça Videira; Ferreira, Manuel Pedro et al. (2011), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>.
- Mattoso, José (1980, ed.), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, «Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série», vol. II, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- Mattoso, José & Joseph Piel (1980, eds.), *Livros Velhos de Linhagens*, «Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série», vol. I, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- Mattoso, José (1981), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Estampa.
- Mattoso, José (1982), *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Estampa.
- Mattoso, José (1984), *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2005), «Da fin'amors como representação da sociedade aristocrática occitânica», in Mário Santiago de Carvalho (org.), *Amar de Novo. Ciclo de Conferências da Associação de Professores de Filosofia*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, pp. 123-150.
- Miranda, José Carlos Ribeiro & Maria do Rosário Ferreira (2015, orgs.), *Natura e Natureza no Tempo de Afonso X*, Porto, Húmus.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2015), «Afonso, o Sábio, e o “trobar natural”», in Miranda & Ferreira, *Natura e Natureza no Tempo de Afonso X*, pp. 173-186.

- Miranda, José Carlos Ribeiro (2016), «Calheiros, Sandim e Bonaval: uma rapsódia «de amigo», *Guarecer. Revista de Estudos Medievais*, nº1, pp. 46-62.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2021), *Os Trovadores e o Rapto de Elvira Anes da Maia*, 2ª edição, Porto, Estratégias Criativas.
- Oliveira, António Resende (1993), «A caminho da Galiza. Sobre as primeiras composições em galego-português», in *O Cantar dos Trovadores*, Santiago de Compostela, pp. 249-261.
- Oliveira, António Resende (1994), *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneros peninsulares e as recolhidas dos sécs. XIII e XIV*, Lisboa, Colibri.
- Oliveira, António Resende (2001), *O Trovador galego-português e o seu mundo*, Lisboa, Editorial Comunicação.
- Tavani, Giuseppe (1967), *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*, Roma, Edizioni dell'Ateneo.
- Tavani, Giuseppe (1969), *Poesia del duecento nella Penisola Iberica*, Roma, Edizioni dell'Ateneo.
- Tavani, Giuseppe (1988), *Ensaio Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Tavani, Giuseppe (1989), «Accordi e disaccordi sul disaccordo plurilingue di Raimbaut de Vaqueiras», *Romanica Vulgaria - Quaderni 10/11 (Studi provenzali e Francesi 86/87)*, pp. 5-44.
- Tavani, Giuseppe (2002), *Tra Galiza e Provenza. Saggi sulla poesia medievale galego-portoghese*, Roma, Carocci Editore.

4. (Historiografia e Pedro de Barcelos)

- Burnett, Charles (2002), «John of Seville and John of Spain: A mise au point», *Bulletin de Philosophie Médiévale*, nº44, pp. 59-78.
- Catalán, Diego (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*, Madrid, Gredos.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1951), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Ferreira, Maria do Rosário (2015), «Pedro de Barcelos: sangue, natura e a ordem do mundo», in Miranda & Ferreira, *Natura e Natureza no Tempo de Afonso X*, pp. 51-70.
- Ferreira, Maria do Rosário (2016), «L'action culturelle de la reine Teresa du Portugal», *e-Spania* [En ligne], nº24. URL : <http://journals.openedition.org/e-spania/25777> ; DOI : 10.4000/e-spania.25777.
- Ferreira, Maria do Rosário (2019), *Pedro de Barcelos e a escrita da História*, Porto, Estratégias Criativas.
- Ferreira, Maria do Rosário, José Carlos Ribeiro Miranda & João Paulo Martins Ferreira (2023), *Pedro de Barcelos: Pensar Portugal antes do Império*, Porto, Estratégias Criativas.
- Mattoso, José (2009), «A Primeira Crónica Portuguesa», *Medievalista online*, nº6
- Mattoso, José (2020), *A História Contemplativa*, Lisboa, Temas e Debates.

- Miranda, José Carlos (2009), «Na Gênese da *Primeira Crónica Portuguesa*», *Medievalista online*, nº6.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2025), «Pedro de Barcelos entre o *Livro de Job* e o *Eclesiastes*», a publicar no volume *Job, justiça e sofrimento*, Universidade de Aveiro.
- Miranda, José Carlos Ribeiro & Georges Martin (2011), *Legitimação e Linhagem da Idade Média Peninsular: homenagem a Dom Pedro, Conde de Barcelos*. Porto, Estratégias Criativas.
- Moreira, Filipe Alves (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas.





